

# ATENTADO NA ESCOLA ESTADUAL THOMAZIA MONTORO: 5 PONTOS PARA PENSAR O EPISÓDIO E O BRASIL

*Ayla Viçosa<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este artigo versa sobre reflexões importantes para pensarmos o atentado ocorrido na Escola Estadual Thomazia Montoro, no dia 27 de Março de 2023, na Zona Sul de São Paulo. O artigo está dividido em 5 partes: na primeira discute-se como a crise econômica se desdobra em aumento das tensões sociais. Na segunda, aponta-se uma polarização nas escolas entre a cultura de paz versus a alta do discurso de ódio. Na terceira, aborda-se a necessidade de educação para a diversidade étnico-racial, gênero-sexual nas escolas. Na quarta, aponta-se como a militarização aumenta as tensões do ambiente escolar. E, por fim, na quinta parte, busca-se estabelecer um debate real sobre bullying, e as narrativas que se criam em torno dessa variável. A partir dessa divisão, busca-se fomentar uma reflexão mais crítica e profunda sobre o episódio.

**Palavras-chave:** atentado; crise; escola; educação; discurso de ódio.

## INTRODUÇÃO

---

Este artigo versa sobre pontos reflexivos para pensarmos o atentado ocorrido na Escola Estadual Thomazia Montoro, no dia 27 de Março de 2023,

---

1 Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais e Bacharelado em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) - DF; ayla.vicosa@gmail.com

na Zona Sul de São Paulo, por volta das 07h20 da manhã. Nele, um jovem de 13 anos assassinou com 5 facadas a professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos e feriu outras 3 professoras e um aluno da escola. O episódio teria sido motivado por a professora Elisabete ter chamado a atenção do aluno, dias antes, por ele ter práticas racistas na escola.

O episódio chocou o país por diversos motivos. Por imagens do ataque gravadas pelas câmeras de segurança da escola terem sido divulgadas pela grande imprensa e mostrarem a frieza com que o jovem esfaqueia a professora Elisabete e o ódio com que parte para cima de seus colegas; o fato de uma professora por combater uma prática racista em ambiente escolar ter sido vítima do ataque; as revelações sobre a “preparação” para o crime; o engajamento “positivo” que pessoas sádicas e cruéis deram, nas redes sociais, repercutindo o episódio como algo bom; o aparente cenário de, mais uma vez, o bullying ter sido parte das motivações de um atentado em uma escola.

Mas, parando para pensar, quais as razões desse jovem para o ataque? Será que pensar a questão do bullying como motivo do episódio é suficiente para o entender o que aconteceu? E a escola, será que consegue dar conta sozinha das questões que permeiam o episódio?

O artigo está dividido em 5 partes: na primeira discute-se como a crise econômica se desdobra em aumento das tensões sociais. Na segunda, aponta-se uma polarização nas escolas entre a cultura de paz versus a alta do discurso de ódio. Na terceira, aborda-se a necessidade de educação para a diversidade étnico-racial, gênero-sexual nas escolas. Na quarta, aponta-se como a militarização aumenta as tensões do ambiente escolar. E, por fim, na quinta parte, busca-se estabelecer um debate real sobre bullying, e as narrativas que se criam em torno dessa variável. A partir dessa divisão, busca-se fomentar uma reflexão mais crítica e profunda sobre o episódio.

Fato é que o atentado na escola Estadual Thomazia Montoro reflete alguns pontos de desafios para a educação por um lado, mas para a sociedade brasileira e famílias de estudantes de todo o país. Pensar sobre quais e como as variáveis que envolvem o episódio se relacionam é primordial para evitar futuras tragédias como essa.

A justificativa para esse trabalho se dá pela necessidade de aprofundarmos a discussão na educação e sobretudo no ensino de Sociologia na educação básica, as variáveis que se relacionam com a violência – com especial destaque para a violência escolar. Esse episódio mescla uma série de conflitos que interagem entre si, culminando em tragédia.

A relevância do artigo proposto se dá por dois fatos: o primeiro é a crescente em atentados a escolas que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos. O segundo é, por se tratar de um episódio ocorrido meses antes do nosso encontro, não temos ainda uma literatura vasta sobre o ocorrido em si. Com esse artigo, visa-se fomentar a partir do apontamento das cinco variáveis citadas, a discussão e produção de pesquisas científicas que abordem o ocorrido de maneira crítica.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

---

Para o desenvolvimento deste artigo, fora feita essencialmente uma pesquisa bibliográfica direcionada, onde buscou-se notícias relacionadas ao episódio do atentado (realizando-se leitura integral das mesmas), como também o que está previsto em lei nos dispositivos jurídicos que versam sobre a educação de base brasileira, além da contribuição de teóricos da educação, sociologia e ciências humanas acerca das variáveis analisadas no decorrer do artigo.

Os objetivos do artigo são: buscar a contribuição de autores que têm debatido a crise e seus impactos na vida social; refletir sobre como a escalada do discurso de ódio, por um lado, afetou a subjetividade dos indivíduos e, por outro, está alerta em sua cruzada contra os dispositivos educacionais que tentam assegurar uma educação para a diversidade e tolerância em nossas escolas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

---

Como se trata de um episódio muito recente, para o desenvolvimento desse artigo, foi feita uma pesquisa em portais de comunicação que repercutiram o episódio, articulando as discussões de HARVEY (2011) sobre crise

econômica, juntamente com as discussões de PINHEIRO-MACHADO (2019) e BROWN (2019) sobre o impacto da crise na vida social e, por consequência, na subjetividade de indivíduos. Aproveita-se ainda a discussão das autoras e, juntamente com ARAÚJO (2020), reflete-se como setores da extrema direita estabelecem uma cruzada na educação contra as discussões de gênero em ambiente escolar sob o pretexto de combater uma ideologização dos estudantes.

VIÇOSA (2019) e CASTRO (2016) são mencionados para exemplificar como o modelo de militarização aumenta as tensões escolares, enquanto TOLENTINO (2023) reflete sobre uma gama de questões relacionadas ao episódio, maior que a narrativa simples do bullying como causa do atentando.

Há ainda uma articulação de documentos que organizam a educação de base do Brasil, como a LDB 9394/96, as DCNs, o PNE de 2014 e os artigos 204 e 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, mostrando como esses documentos conversam e estabelecem como sentido comum a educação dos estudantes brasileiros para a diversidade e tolerância.

## **DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO**

---

### **CRISE ECONÔMICA SE DESDOBRA EM AUMENTO DAS TENSÕES SOCIAIS**

---

Vivemos uma crise do sistema capitalista sem precedentes desde 2008. A partir disso, economias do mundo inteiro desmoronaram, e com isso surgem desdobramentos de alto impacto social na vida das populações de países inteiros: demissões em massa, alta nos índices de desemprego, inflação impondo uma verdadeira carestia quando pensamos o custo de alimentos e itens básicos para a manutenção da vida como vestuário, itens de limpeza ou higiene pessoal, além da alta no preço dos combustíveis. Após 12 anos de crise, essa se aprofunda com a chegada da pandemia global do Coronavírus, fazendo com que a sociedade tivesse que reinventar seus modos de vida para evitar maior propagação do vírus. No caso do Brasil, vivenciamos esse processo em meio ao (des)governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, responsável por uma política negacionista de gestão da pandemia, negando

e desestimulando a vacinação, estimulando o uso de medicamentos preventivos da COVID-19 sem eficácia comprovada cientificamente, a recusa em estabelecer e respeitar os lockdowns, como pela demora na aprovação de auxílios emergenciais para a população, aprovados em uma escala insuficiente. Nos jornais, surgem chocantes imagens e vídeos de família inteiras revirando caminhões de lixo e descarte dos açougues, na busca de ossos para incremento de suas alimentações. O desemprego atingiu índices altíssimos no país e o Brasil voltou para o mapa da fome mundial. Alta parcela da população passou a viver em insegurança alimentar<sup>2</sup>. O trabalho e ensino remotos tornaram-se uma realidade. E após essa tragédia, que vitimou mais de 600 mil brasileiros - sem contar as subnotificações -, depois de dois anos de pandemia, tivemos um ano eleitoral em 2022. Numa eleição extremamente polarizada e marcada por inúmeros episódios de violência política, o Brasil consagrou Luiz Inácio Lula da Silva como novo Presidente do Brasil, por uma diferença que não chegou a 4 milhões de votos, constatando a cisão do país entre os dois candidatos.

Depois de todos esses episódios, entramos em 2023, após derrotar nas urnas o projeto de setores protofascistas brasileiros, que estiveram no controle do país por 4 anos. Com a tarefa de reconstruir o país, eliminar as ameaças golpistas e fascistas e vencer o discurso de ódio.

Logo no início de janeiro deste ano, nos deparamos com uma ação orquestrada por setores da ultra direita apoiadores de Bolsonaro, acampados em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, que culminou numa depredação criminoso e terrorista do STF, Palácio do Planalto e Congresso Nacional<sup>3</sup>. As imagens e vídeos do episódio demonstram que os agentes envolvidos naquela ação estavam movidos por emoções agressivas, nos

2 <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Segundo%20Inqu%3%A9rito,brasileiros%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fome.>

3 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>

atestando que os sentimentos que mobilizam as pessoas que se identificam com esse espectro político estão muito associados ao ódio. É nesse país, destroçado por uma péssima gestão de Estado e Governo, com diversos direitos desmontados e com ressentimentos acumulados por, ora razões legítimas, ora manipulações da indústria de *fakenews* que se instaurou no Brasil, que temos o ambiente de 2023.

Em “Cadernos do Cárcere”, GRAMSCI discorre sobre uma série de elementos fundamentais para se entender a política moderna do início do século XX. Curiosamente, ao discorrer sobre a “crise de autoridade” e sobre o “interregno”, o autor afirma:

“O aspecto da crise moderna que se lamenta como onda de materialismo está ligado ao que se chama de crise de autoridade. Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais dirigente, mas unicamente dominante, detentora da pura força coercitiva, isso significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acredito mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verifica-se os fenômenos patológicos mais variados.”

Esses fenômenos patológicos variados são típicos dos momentos das crises de autoridade, e como diversos/as autores/as já dissertaram sobre, nos momentos de crise, temos um ambiente muito fértil para o fortalecimento de extremismos. Pensando em não me alongar, colocarei aqui apenas a reflexão de que, no Brasil, como parte desse fenômeno, temos o fortalecimento de uma extrema-direita conservadora, fundamentalista religiosa, não só misógina como antifeminista, racista e LGBTQIA+fóbica, sob suposto pretexto de defesa da família tradicional. BROWN (2019) atribui muito disso a figura do “macho destronado” se ressentir com as pequenas e poucas conquistas que setores historicamente oprimidos obtém durante o período em que, no Ocidente, viveremos o que FRASER chamará de neoliberalismo progressista, na medida em que a população sente a vida degradar e se decompor com perdas de direitos, agravadas sobretudo pela chegada da crise.

As escolas, como qualquer espaço da sociedade, não passam imunes às tensões sociais que ambientam a sociedade. Pais, mães, professores, ges-

tores, funcionários, estudantes, são partes do tecido social que constituem as tensões postas socialmente e que, em ambiente escolar, entram em confronto. Sabe-se que o espaço da escola é um espaço de mediação de conflitos por natureza, e que essa mediação é parte do processo educacional previsto em nossas legislações educacionais. Mas, aqui, chamamos atenção para o fato de que, por aspectos conjunturais (que vão desde a crise do capitalismo até um trato inadequado da questão do bullying), a escola tem sido palco e ambiente de tensões mais agudas, que não se mostravam/eram velados em outros momentos e, agora, se impõem de forma incisiva e por vezes, violenta.

### **CULTURA DE PAZ X A ALTA DO DISCURSO DE ÓDIO**

---

Iniciamos esse tópico com uma relação de oposição: por um lado, o esforço de especialistas e profissionais da educação em promover a cultura de paz nas escolas como forma de contribuir na função escolar de mediação de conflitos e, por outro, o aumento dos discursos de ódio cenário brasileiro têm jogado no ambiente escolar novas tensões para serem administradas, como também colocado os agentes integrantes da comunidade escolar, por muitas vezes, uns contra os outros - com especial destaque para a relação aluno-professor.

Tais tensões foram promovidas, ao longo do período de 2018-2022 pela figura do então presidente eleito da república Jair Messias Bolsonaro em diversos episódios.

Com uma campanha marcada pelo discurso armamentista e de extermínio de criminosos, Bolsonaro conseguiu dialogar com o sentimento de insegurança diante da criminalidade, enquanto o campo progressista dos partidos políticos, mais uma vez, furtou-se de fazer um debate sério e acessível para a população sobre segurança pública. Em seguida, logo após a confirmação de sua eleição, Bolsonaro orientou os estudantes apoiadores de sua “plataforma” a filmarem professores que falassem contra sua pessoa no dia

seguinte de sua eleição, nas escolas<sup>4</sup>. Para além desse episódio, o período do governo do ex-presidente fora marcado por uma alta instabilidade na pasta da educação, mas uma contínua cruzada contra os professores e à uma educação crítico-reflexiva, sobretudo a promovida pelas ciências humanas. Todos esses ataques ocorreram sob o suposto pretexto de que, por parte dos professores da educação básica ocorresse uma “doutrinação esquerdista/gayzista/feminazi”, com a propagação de coisas inexistentes como a “ideologia de gênero” e o “marxismo cultural”. Cabe destacar que esses valores fantasiosos que o setor ligado ao bolsonarismo denunciava eram disseminados em redes sociais e aplicativos de comunicação - sobretudo no whatsapp - de forma alarmante, com claro intuito de despertar a histeria de pais, mães e pessoas comuns da população, mobilizando seus afetos para o combate à sexualização e doutrinação de crianças e adolescentes promovido por professores da educação básica. Toda a essa propagação associada, portanto, contribuiu para aumentar as tensões no ambiente escolar.

Contrariando tudo isso, a educação de base brasileira vem num esforço a partir de suas direções de escola e professores em promover a chamada cultura de paz, que de acordo com a ONU, se define como:

“Um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; No compromisso com a solução pacífica dos conflitos; Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção ao meio ambiente para as oportunidades de mulheres e homens; No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações.”

4 Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/11/05/bolsonaro-defende-que-alunos-filmem-professores.htm>

Como podemos ver, o que fora estipulado na educação nos últimos anos entra em conflito gritante com um ambiente de tranquilidade e serenidade nas escolas, promovido pela cultura de paz. Se ainda considerarmos a apologia armamentista feita por Bolsonaro, como também a alta do discurso punitivista - tratando sempre a criminalidade como um desvio moral individual, e não fruto de contradições sociais estruturais que privam sujeitos de direito de acessar os mesmos -, temos um discurso sendo exercido de forma normativa pelo Estado brasileiro estimulando resoluções violentas de conflitos a partir de contrariedades cotidianas, resultando em uma banalização da violência e aumento da intolerância, de todas as ordens.

### **NECESSIDADE DE CULTURA PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, GÊNERO-SEXUAL NAS ESCOLAS**

---

Como muitos são os documentos que norteiam a educação brasileira, certo é dizer que a composição de cada um deles contém diversos objetivos e metas. Mas, podemos perceber que documentos como as DCNs, LDB e o PNE dialogam entre si na maioria de suas escrituras. Podemos identificar, com uma leitura apurada, um vetor comum na educação nacional de base brasileira: educar estudantes para a diversidade, seja ela de gênero, sexualidade, étnico-racial, religiosa e etc, conforme vemos nas citações abaixo:

#### “TÍTULO II

##### Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

(...) VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

(...) XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

(...) XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.”<sup>5</sup>

“Durante essa trajetória, os temas considerados pertinentes à matéria objeto deste Parecer passaram a se constituir nas seguintes ideias-força:

I – as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica devem presidir as demais diretrizes curriculares específicas para as etapas e modalidades, contemplando o conceito de Educação Básica, princípios de organicidade, sequencialidade e articulação, relação entre as etapas e modalidades: articulação, integração e transição;

II – o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, considerando que a educação, enquanto direito inalienável de todos os cidadãos, é condição primeira para o exercício pleno dos direitos: humanos, tanto dos direitos sociais e econômicos quanto dos direitos civis e políticos;(...)

IV – a dimensão articuladora da integração das diretrizes curriculares compondo as três etapas e as modalidades da Educação Básica, fundamentadas na indissociabilidade dos conceitos referenciais de cuidar e educar;”<sup>6</sup>

“Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no [art. 214 da Constituição Federal](#).

(...) III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

5 Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

6 Fonte: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)

(...) V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

(...) VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

(...) X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.<sup>77</sup>

Tais objetivos, metas e princípios não são pensados espontaneamente. São frutos, na verdade, de um processo político de organização jurídica que se inicia no final dos anos 80 e perdura até os dias de hoje: como os dispositivos jurídicos que organizam a vida em sociedade estarão elaborados na forma da lei. Inicialmente, desse processo, temos a elaboração do maior documento ordenador da sociedade brasileira: a Constituição Federal de 1988, que também prevê funções e objetivos para a educação, onde em sua escritura verifica-se:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;<sup>78</sup>

Essa disputa pelos dispositivos jurídicos expressa muitas leituras de Brasil. Felizmente, nos documentos mais importantes que organizam atualmente a educação brasileira, ainda que de forma insuficiente, reflete-se sobre

7 Fonte: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

8 Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

algumas desigualdades históricas e estruturais que fundam a sociedade brasileira. O racismo, o patriarcado, o patrimonialismo e o peso da família tradicional heterocisnormativa são algumas dessas instituições. Em um país que pretende-se plenamente democrático, é necessário que os dispositivos jurídicos atuem no sentido e diminuir até extinguir essas desigualdades. Fruto dessas desigualdades temos a Lei 10.639/03 que obriga o ensino de história da África em todas as escolas brasileiras, como também a importante e fundamental lei de cotas para ingresso em universidades públicas e para seleção em concursos públicos. Têm-se tentando avançar na discussão de gênero e sexualidade nas escolas, levando-se em conta que o Brasil é um dos países com maiores índices de crianças vítimas de violências e abusos sexuais no mundo. No entanto, os mesmos setores de extrema-direita já mencionados nesse artigo atuam de forma consciente para sabotar a implementação dessa discussão nas escolas, a partir da desmoralização e desvirtuação da proposta, acusando-se parlamentares sérios e comprometidos com as funções sociais da educação de tentar promover a entrega de um “kit gay” nas escolas, que sexualizaria nossas crianças e adolescentes, e onde os professores seriam os “promotores” dessa “perversão”. Em um rápido retrospecto do que pautou as eleições de 2018, cabe destacar, um dos conteúdos que mais circulara nos WhatsApp da população falavam de “mamadeira de piroca” sendo entregues nas escolas para crianças, caso Bolsonaro perdesse as eleições para seu concorrente, Fernando Haddad do PT.

Chama a atenção a forma histórica com que os setores de extrema-direita fazem o combate a essa educação sexual. Poderíamos pensar que esse é um fenômeno isolado no Brasil, mas isso seria por demais “dourar a pílula”. BROWN (2019) nos traz uma reflexão em que:

“Mais do que uma convicção ideológica, a justiça social – a modulação dos poderes do capitalismo, colonialismo, raça, gênero e outros – é tudo o que se põe entre manter a promessa (sempre não cumprida) da democracia e o abandono generalizado dessa promessa. O social é o local onde somos mais do que indivíduos ou famílias, mais do que produtores, consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação. (BROWN, 2019, p. 38)”

Analisando o combate ao progresso de uma agenda de demandas históricas das mulheres que vem avançando, enfocando na contrariedade dos setores conservadores a inclusão de discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, e finalmente, enfocando no discurso contra a chamada ideologia de gênero na América Latina, ARAÚJO afirma que:

o vocabulário utilizado e a vinculação entre os conceitos de família e de democracia causou indignação por parte destes coletivos, os quais se apresentam como pró-família, e de lideranças religiosas e conservadoras que mais uma vez chamaram a atenção para os riscos de subversão de uma ordem moral “natural”, da interferência do Estado na esfera privada e da imposição daquilo que chamam ideologia de gênero”. (ARAÚJO, 2020, p. 98)

Falar dessa perseguição a esses dispositivos que asseguram educação para a diversidade é importante nesse artigo, pois o jovem responsável pelo atentado, conforme mencionado na introdução, estava envolvido em um episódio de racismo quando fora repreendido pela professora que assassinou, dias depois do ocorrido. Sua reação demonstra não só a incorporação da banalização da violência em decorrência da alta do discurso de ódio como já mencionado, como também que o jovem se sentiu de alguma forma violentado ou com seu direito cerceado por não poder praticar livremente racismo com um de seus colegas.

O ambiente escolar é um espaço que reflete as contradições da sociedade. Logo, as formas mais comuns de violência e opressão são reproduzidas nesse lugar. Um dos papéis da escola (aliada, segundo a Constituição, cabe dizer, a sociedade e a família<sup>9</sup>) é o de desconstruir e desnaturalizar esses discursos e narrativas segregadores. Mas ninguém chega pronto. A convivência no ambiente escolar é parte fundamental da formação de nossos jovens para a diversidade, para um exercício pleno da cidadania e para o respeito à democracia. Logo, é necessário para formar jovens feministas, antirracistas e anti-LGBTQIA+fóbicos mecanismos educacionais, previstos em lei, para

9 ARTIGO 205, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

estimular o pensamento e consciência de igualdade de direitos diante da diversidade de sujeitos.

## **MILITARIZAÇÃO AUMENTA AS TENSÕES DO AMBIENTE ESCOLAR**

Nesse momento do artigo, peço licença aos leitores para falar em primeira pessoa. Atuo como professora da educação básica no DF ministrando Sociologia para turmas de ensino médio desde 2017. E em 2019, defendi meu TCC para obtenção do título de bacharelado em Sociologia na Universidade de Brasília, investigando as representações sociais que estudantes e professores de uma escola do DF faziam das recentes mudanças na educação, com enfoque em 3 projetos, sendo dois nacionais e um de âmbito distrital: A Reforma do Ensino Médio, o projeto da Escola sem Partido e o programa de Militarização de escolas do DF. Embora a pesquisa não tenha sido realizada em uma escola militarizada, as representações sociais de estudantes e professores apareceram no campo a partir do contanto com terceiros (sejam outros estudantes ou outros professores) e nos mostraram algumas percepções relevantes para esse artigo, pois todas confluem para um sentido: a militarização de escolas aumenta as tensões do ambiente escolar, como podemos ver no relato abaixo, que selecionei para exemplificação em meu TCC:

“A escola que meu irmão tá estudando (...) militarizou agora. (...) Esses dias o meu irmão chegou lá em casa porque não deixaram ele assistir à aula porque ele não estava com o cabelo cortado. O cabelo dele é muito grande e ele não gosta muito de cortar. Aí a escola falou que não podia tá com esse cabelo do tamanho que estava, mandou ele voltar para casa e falou que ele só voltasse quando o cabelo dele tivesse cortado. Tá, beleza. Beleza você querer tirar o tráfico da escola mas agora você proibir uma criança de 13 anos de assistir à aula porque o cabelo dela está grande? Por que a cabelo grande interfere na educação que ele vai ter? Impede ele de aprender alguma coisa? (...) Lá tem crianças de 6º ano 5º ano de 12, 11 anos. É muito pesado você trazer um ambiente desse para escola e ter que ouvir esse tipo de coisa né, ‘aí você não vai assistir aula porque seu cabelo tá grande, sua unha tá grande’. Eu acho isso horrível. Tem que ser uma relação de respeito mútuo, sabe? E não de você ser tratado como um animal.

(...) Ainda mais as periferias, eu acho que foi proposital. Não acho que seja em prol da Educação. (Estudante 05)

"A escola é um lugar de acolhimento. Você não pode agir como se a escola fosse um lugar que você não gosta de estar. Você tem que fazer as crianças gostarem da educação, gostarem de ir para escola. Aqui a gente aprende a gostar de ir para escola e a gente fica feliz de ir para escola. Mas você colocar um monte de policiais mandando, você não vai, sabe, mudar alguma coisa. A gente vê que principalmente nas escolas das periferias daqui do DF que tá tendo isso (militarização), então as crianças aprendem a temer o policial, Então aprendem a ver o policial com medo. Eu acredito que seja estratégico você colocar nas escolas da periferia. (...) Você ver uma foto com um monte de criança de cabeça baixa, os policiais passando não é legal." (Estudante 04)

"Pelo que eu entendi do processo da militarização das escolas, dá para perceber que tem é para formar um caráter mais fechado (d) o aluno, fazer com que ele não tenha identificação própria. 'Ah, eu sou negro eu quero fazer o que eu quiser com meu cabelo' não dá. Mas eu acho que deveria mudar o pensamento, sabe, tipo, a escola é para você se descobrir na verdade. Você vem para cá, você conhece as pessoas e você descobre quem você é. Tem, tipo, regras para você fazer o que eles querem que você faça e você não tem a brecha para você olhar e falar o que você quer falar." (Estudante 03)

"Eu não sei muito sobre isso. Eu acho que quando eles começam a tipo mandar o aluno de se arrumar e ele tem que voltar para casa, essas coisas acaba que a criança vai procurar um lugar nas drogas, em outro lugar." (Estudante 02)

"Eu não sei muito também, mas pelo que eu entendo, é a entrada das PMs nas escolas, e aí vão colocar certas regras para meio que deixar os alunos mais educados, mais respeitosos. Então tira muito a liberdade do aluno, do estudante. Tem também o negócio de uniforme ser mais arrumado, você não pode usar brinco tem que vir com o cabelo preso, as escolas não podem ter grafite, não dá para dar certo movimentos, certos projetos e tipo, dizem que é pelo respeito também, para ajudar as escolas que estão com problema de droga, que dá muito trabalho e tal. Pelo que eu entendo é isso." (Estudante 01)

"Vai meio que impedir o estilo da pessoa, né. Pelo menos para mim, eu sinto que se militarizar-se a (nossa) escola, esse negócio de cortar o cabelo curto demais, ia ter um processo enorme para as pessoas aceitarem. Eles não iam aceitar minha cor, meu cabelo e tipo, eu não ia me sentir bem, e aí eu ia acabar procurando refúgio em outro lugar." (Estudante 02)

“Já está, né, professora, igual a gente falou: eu acho que as crianças só vão ter mais medo de policial e às vezes eu acho que na periferia é exatamente isso que eles querem: que as pessoas da periferia tenham medo da polícia. Eles querem jogar a pessoa dentro do armário de novo né. Não só nessa coisa da homossexualidade, mas no armário da repressão.” (Estudante 04)

“É você tornar as pessoas mais reprimida né, as pessoas não podem mais ter o seu jeito. Por exemplo meu irmão, que gosta do cabelo grande ele não vai poder mais andar de cabelo grande. Eles querem pegar e reprimir. Eles querem atingir as pessoas, os periféricos. Mas na verdade essa droga não vem de lá. Eles querem prender uma pessoa com 50 gramas de maconha, mas por que que eles não prendem uma pessoa que carrega 39 kg de cocaína? Porque eles não querem pegar pela raiz mesmo. Eles querem... a intenção deles é pegar só as pessoas de periferia mesmo. Mas já era obrigação do governo, já é obrigação dele essa segurança. Então tipo assim, não é para as crianças ficarem boas, não é assim.”(Estudante 05)”

Além disso, os relatos que tive de colegas em escolas militarizadas, como as notícias no DF sobre episódios envolvendo alunos, professores e policiais foram alarmantes. No primeiro caso, uma colega que lecionou na regional de Planaltina, em uma escola militarizada, relatou que:

“Um dia, o professor x<sup>10</sup>, de Filosofia, estava no seu carro, no estacionamento da escola, e ele é um homem negro. De repente, o policial da escola o derrubou no chão, o imobilizou e o acusou de estar roubando o próprio carro. Os alunos que tiveram que intervir dizendo que ele era professor da escola e que aquele era seu carro, para acabar com a situação. Um absurdo!”

Enquanto isso, o que nos revelam as notícias sobre o cotidiano de escolas militarizadas no DF são constantes episódios de racismo e violências perpetrados contra estudantes por parte dos policiais de escolas militarizadas, como também nos revela a pesquisa de CASTRO (2016) sobre escolas militarizadas no Goiás, é que por muitas vezes, o espaço dedicado a “educação cívica” promovida por esses agentes (policiais) nos convênios de parcerias entre escolas e corporações da segurança pública dos estados, na verdade,

---

10 Nomenclatura fictícia, para preservar a identidade dos envolvidos no episódio.

se traduz como um espaço para propagação de “valores” entendidos no senso comum como “éticos”, sem uma reflexão científica ou se quer aprofundada sobre eles, além de acontecerem muito episódios de proselitismo religioso, o que é contra o que está previsto em nossas legislações educacionais, como a LDB 9495/96.

Podemos constatar, portanto, que de fato, o ambiente escolar têm passado por tensionamentos acima da média ao longo dos anos, por inúmeros fatores conjunturais. Mas, certamente, a militarização não é a resposta adequada para gestão dos conflitos escolares não apenas por inadequação pedagógica como, também, por ela contribuir diretamente para que esses conflitos cresçam e se acirrem.

### **UM DEBATE REAL SOBRE BULLYING: SEM TAPAR O SOL COM A PENEIRA**

---

Chegamos ao último tópico desse artigo com um título provocativo visando, não apenas analisar o peso do bullying para que esse episódio ocorresse, mas também refletir sobre como esse argumento tem sido acionado para criar narrativas sobre as tensões em ambiente escolar.

Segundo colegas do jovem adolescente responsável pelo ataque, o mesmo sofria bullying dos colegas de escola. Fazendo uma rápida pesquisa sobre o histórico de atentados no Brasil e em países como EUA, podemos ver que a maioria dos ataques que resultam em mortes nas escolas é cometido por pessoas vítimas de bullying.<sup>11</sup>

Esse conjunto de práticas violentas acontecem em ambiente escolar justamente por essa ser, como já dito, um espaço onde diversas formações culturais se encontram e, a partir disso, se confrontam, trazendo a tona muito do “senso comum” que é reproduzido no conjunto da sociedade. No entanto, é preciso ter muito cuidado quando aponta-se essa como causa principal desses atentados, pois seguindo essa lógica, podemos imputar culpas e responsabilidades para os agentes errados. Uma leitura por demais simplista

---

11 Pesquisa feita nos portais x, y, z, com as palavras chaves “atentado”, “escola” e “bullying”.

concluiria que a responsabilidade pelos episódios de atentados em escolas são os jovens que praticam bullying. Mas se são jovens e estão na escola, estão em processo de formação. Segundo a própria LDB, a responsabilidade pela educação de nossos jovens é da família, escola e sociedade. Quando um episódio tão alarmante e triste como o atentado escolhido para ser abordado nesse artigo acontece, essa tríade falhou em conjunto na formação tanto dos jovens que praticam o bullying, como na do que comete o atentado. Essa falha, como tentamos expor nesse artigo, não é fruto do acaso. Se relaciona com diversos aspectos socio-político-culturais de uma sociedade. Professores enfrentam verdadeiras batalhas diárias para exercerem suas profissões nas escolas, no cotidiano. O texto de TOLENTINO, no portal virtual Carta Capital trás algumas dessas contradições, onde:

“o crime ocorrido (...) está inserido em um contexto de desqualificação e perseguição dos professores, um processo que tem como principais porta-vozes políticos de extrema-direita. Não bastassem os baixos salários, a uberização da profissão docente e as péssimas condições de trabalho, há grupos que agem para tirar dos educadores direitos trabalhistas, autonomia e liberdade de cátedra.”<sup>12</sup>

Pensar a questão do bullying nas escolas requer um exercício amplo. Precisa-se fazer um compromisso de sociedade com a cultura de paz nas escolas, como também envolver as famílias e comunidades escolares em um projeto de resolução pacífica dos conflitos. Educar não só jovens em idade escolar para a diversidade, como combater as formas de intolerância estruturadas em nossa sociedade, por desigualdades históricas. Requer pensar suporte à população brasileira, com acesso a cultura, saneamento básico, moradia, lazer, trabalho, alimentação, saúde e outros direitos básicos. Requer combater a crescente do discurso de ódio em nosso país. Em resumo: requer um exercício aprofundado de entender que sozinha, a educação não resol-

---

12 Texto disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/assassinato-da-professora-elisabeth-e-reflexo-de-uma-sociedade-doente/>

verá nossos problemas e não evitará tragédias como a de São Paulo se não tivermos um pacto social que olhe de forma aprofundada para o episódio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Ao longo da produção deste artigo, uma série de outros atentados foram realizados no Brasil e uma onda de ameaças anunciada por todo o país. As razões para isso, sem dúvida, são múltiplas e podemos encontrar interfaces com alguns dos pontos explorados nesse artigo. Mas, certamente, a ponderação mais importante que fica é que os atentados em escolas precisam urgentemente de atenção das ciências sociais, pois não se trata simplesmente de um fenômeno educacional, e sim essencialmente social, relacionado a múltiplas razões, que precisa ser investigado, para melhor compreendido, e assim, evitado.

## **REFERÊNCIAS**

---

ARAÚJO, Viviane. **Não se Meta Com Meus Filhos: gênero, família e discurso conservador na crise democrática latino-americana.** Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 18, abr., p. 86-106, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB. 9394/1996.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>

Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI,

2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. **“Pedagógico” e “Disciplinar”:** o militarismo como prática de Governo na Educação Pública do Estado de Goiás. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, 2016.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019.

TOLENTINO, Luana. Assassinato da professora Elisabeth é reflexo de uma sociedade doente. **Carta Capital**, Belo Horizonte, 30 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/assassinato-da-professora-elisabeth-e-reflexo-de-uma-sociedade-doente/>>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

VIÇOSA, Ayla. **Para onde vai a educação? Representações sociais da comunidade escolar sobre as recentes mudanças na educação.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, 2019.